



TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ATO Nº 16, DE 29 DE JANEIRO DE 2001

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Determinar a publicação do anexo relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a dezembro/2000, nos termos do art. 55, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000.

Min. ALMIR PAZZIANOTTO PINTO

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDAORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2000

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo XII da Portaria Nº 469/STN - R\$ milhares

DESPESA DE PESSOAL	Despesa Liquidada		
	Últimos 12 meses (A)	Até o quadrimestre (B)	% da despesa (A) sobre a RCL
Pessoal Ativo	179.780	179.780	0,1239
Pessoal Inativo e Pensionistas	55.311	55.311	0,0381
(-) Decisão Judicial de Competência Anterior ao Período de Apuração (*)	(28.957)	(28.957)	(0,0200)
(-) Inativos com recursos vinculados	-	-	-
(-) Indenizações por Demissão	-	-	-
Outras Despesas de Pessoal (artigo 18, Parágrafo Único - LRF)	-	-	-
DESPESA LÍQUIDA TOTAL (**)	206.134	206.134	0,1421
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	145.110.650	145.110.650	
LIMITE PRUDENCIAL (1) - (0,1966%)	285.288	285.288	
LIMITE LEGAL (2) - (0,2069%)	300.234	300.234	
FONTE: SIAFI Gerencial			
(1) - Limite definido no § único do art 22 da LRF.			
(2) - Limite definido na alínea b, inciso I do art. 20 da LRF, combinado com o art. 71.			
NOTAS EXPLICATIVAS			
(*) Valores referentes a sentenças judiciais, deduzidos em atendimento ao disposto no art. 19, inciso IV da LRF.			
(**) A despesa executada (0,1421%) não ultrapassou o limite do art. 71, calculado em 0,1646%.			
Medidas corretivas adotadas ou a adotar pelo órgão se ultrapassados quaisquer dos limites (dispositivo relacionado: artigos 55, II e 70 da LRF):			
A execução de despesas com Pessoal e Encargos Sociais do Tribunal Superior do Trabalho está abaixo dos limites estabelecidos na Lei Complementar 101/2000.			

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, § único da LRF):

ALMIR PAZZIANOTTO PINTO
Ministro-Presidente do Tribunal Superior do TrabalhoGUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO
Diretor-Geral de Coordenação AdministrativaCLÁUDIA BRUNO CASTELLO BRANCO
Diretora da Secretaria de Controle InternoGILVAN NOGUEIRA DO NASCIMENTO
Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças - Substituto

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DE DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2000

LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a" - Anexo XVI da Portaria Nº 469/STN

R\$ Milhares

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
ATIVO DISPONÍVEL	13.689	PASSIVO CONSIGNADO	11.478
Disponibilidade Financeira	13.689	Depósitos de Diversas Origens	734
Banco	346	Restos a Pagar de Exerc. Anter.	-
Conta Única	303	Outras Obrigações Financeiras	10.744

Outras Contas	43		
Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento	13.343		
SUBTOTAL	13.689	SUBTOTAL	11.478
INSUFICIÊNCIA		SUFICIÊNCIA	2.211
TOTAL	13.689	TOTAL	13.689

FONTE: SIAFI (Balanço Patrimonial e Demonstração das Disponibilidades - UG 080001)
Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, § único da LRF):

ALMIR PAZZIANOTTO PINTO
Ministro-Presidente do Tribunal Superior do TrabalhoGUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO
Diretor-Geral de Coordenação AdministrativaCLÁUDIA BRUNO CASTELLO BRANCO
Diretora da Secretaria de Controle InternoGILVAN NOGUEIRA DO NASCIMENTO
Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças - Substituto

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2000

LRF, Art. 55, inciso III, alínea "b" - Anexo XVII da Portaria Nº 469/STN

R\$ Milhares

ÓRGÃO	Saldos de Exercícios anteriores	RESTOS A PAGAR (saldos em 31.12.2000)			Disponibilidade Financeira	Não Inscritos por Insuficiência Financeira
		Inscritos	Processados	Total Inscrito		
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	-	111	10.633	10.744	13.689	-

FONTE: SIAFI (Balanço Patrimonial - UG 080001)

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, § único da LRF):

ALMIR PAZZIANOTTO PINTO
Ministro-Presidente do Tribunal Superior do TrabalhoGUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO
Diretor-Geral de Coordenação AdministrativaCLÁUDIA BRUNO CASTELLO BRANCO
Diretora da Secretaria de Controle InternoGILVAN NOGUEIRA DO NASCIMENTO
Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças - Substituto

(Of. El. nº 30/2001)

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO Nº 15.254, DE 29 DE JANEIRO DE 2001

Aprova os relatórios definidos na Lei Complementar nº 101/2000 e dá outras providências.

O MINISTRO VICE-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, resolve:

APROVAR o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União, anexo, e determinar a sua publicação conforme prescreve o artigo 55 da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), de 04/05/00, pertinente ao exercício financeiro de 2000.

ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA

ANEXO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCALI - DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
PERÍODO DE REFERÊNCIA: SET a DEZ/2000

LRF, art.55, inciso I, alínea "a"

DESPESA DE PESSOAL	DESPESA LIQUIDADADA		
	Últimos 12 meses	Até o Quadrimestre	% da Despesa s/ RCL anualizada
PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO DESPESA DE PESSOAL	108.467.540,55	108.467.540,55	0,0748%
PESSOAL ATIVO	50.568.291,44	50.568.291,44	0,0349%
PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS	57.899.249,11	57.899.249,11	0,0399%
(-) Precatórios	0,00	0,00	0,0000%
(-) Inativos com recursos vinculados	53.282.775,11	53.282.775,11	0,0367%
Fonte 0156	53.282.775,11	53.282.775,11	0,0367%
(-) Indenização por demissão	0,00	0,00	0,0000%



OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL (art.18, parágrafo único)	0,00	0,00	0,0000%
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL	55.184.765,44	55.184.765,44	0,0380%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	145.110.650.000,00	145.110.650.000,00	
LIMITE PRUDENCIAL (1)	140.612.220,00	140.612.220,00	0,0969
LIMITE LEGAL (2)	149.012.863,00	149.012.863,00	0,1020

Observações:

(1) Limite Prudencial = 0,0969 % da RCL

(2) Limite Legal = 0,1020 % da RCL

(3) RCL anual utilizada = RCL publicada na Portaria nº 021/STN/MF, de 24.01.2001.

II - DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

LRF, art. 55, inciso III, alínea "a"

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
ATIVO DISPONÍVEL		PASSIVO CONSIGNADO	
Conta Única Tesouro Nacional	59.573,55	Depósitos de Diversas Origens	29.613,30
Conta Limite de Saque p/ Pagto.	5.193.394,92	Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	371.516,38
		Outras Obrigações Financeiras	1.813.418,46
SUBTOTAL	5.252.968,47	SUBTOTAL	2.214.548,14
INSUFICIÊNCIA	0,00	SUFICIÊNCIA	3.038.420,33
TOTAL	5.252.968,47	TOTAL	5.252.968,47

III - DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

LRF, Art. 55, inciso III, alínea "b"

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR				
	Saldo de Exercícios Anteriores	Inscritos		Disponibilidade de Finança	Não Inscritos por Insuficiência Financeira
		Processados	Não Processados		
JUDICIÁRIO ÓRGÃO JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	371.516,38	131.823,40	1.678.333,87	5.055.973,51	0,00

Dr. ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA
Ministro Vice-Presidente
no Exercício da Presidência

Dr. MOZART ARRUDA CAVALCANTI
Diretor-Geral em exercício

MARCOS MEDEIROS DE CARVALHO
Secretário de Planejamento e
Controle Interno em exercício

VALDEMIR REGIS F. OLIVEIRA
Assessor de Controle em exercício

(Of. El. nº 1/2001)

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

PORTARIA Nº 20, DE 26 DE JANEIRO DE 2001

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JAIRON MAIA FERNANDES

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a dezembro de 2000

DESPESA DE PESSOAL	DESPESA LIQUIDADADA	
	Últimos 12 meses	% da Despesa s/ RCL
PODER JUDICIÁRIO - TRE/AL		
DESPESA DE PESSOAL		
Pessoal Ativo	14.455	0,00996136
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.633	0,00181447

(-) Precatórios (Sent. Judiciais), referente ao período de apuração

(-) Inativos com recursos vinculados		
(-) Indenizações por Demissão		
Outras Despesas de Pessoal (artigo 18, Parágrafo 1º)		
DESPESA LÍQUIDA TOTAL	17.088	0,01177583
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	145.110.650	100
LIMITE PRUDENCIAL (1)	23.007	0,01585507
LIMITE LEGAL (2)	24.218	0,01668954

FONTE: Siafi e portaria nº 21 de 24 de janeiro de 2001

(1) e (2) - Limites definidos, respectivamente, no inciso I do artigo 20 e no parágrafo único do artigo 22, da Lei Complementar n.º 101/2000.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a dezembro de 2000

LRF, art. 55, inciso III, alínea "a" - Anexo XVI

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
ATIVO DISPONÍVEL	497,81	PASSIVO CONSIGNADO	3,37
Disponibilidade Financeira	497,81	Depósitos de Diversas Origens	0,00
Caixa	0,00	Restos a Pagar de Exercício Anteriores	0,00
Banco	0,00	Outras Obrigações Financeiras	3,37
Conta Movimento	0,00		
Contas Vinculadas	0,00		
Aplicações Financeiras	0,00		
Recursos a receber p/pagamento de RP	279,89		
Limite de saque c/vinculação de Pagamento	217,92		
SUBTOTAL	497,81	SUBTOTAL	3,37
INSUFICIÊNCIA	0,00	SUFICIÊNCIA	494,44
TOTAL	497,81	TOTAL	497,81

FONTE: Siafi

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a dezembro de 2000

LRF, Art. 55, inciso III, alínea "b" - Anexo XVII

PODER/ÓRGÃO	Saldo de Exercícios Anteriores	RESTOS A PAGAR			
		Inscritos		Disponibilidade Financeira	Não Inscritos por Insuficiência Financeira
		Processados	Não Processados		
PODER JUDICIÁRIO TRE - Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas	0,00	42,01	452,43	494,44	0,00
TOTAL	0,00	42,01	452,43	494,44	0,00

FONTE: Siafi

AGNALDO QUINTELA DOS SANTOS
Gestor Financeiro

VIVIANE DE ARAÚJO GONÇALVES
Controle Interno

(Of. El. nº 26/2001)

DESPACHOS

Processo nº 042/2001

RECONHEÇO, nos moldes do art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, a situação de emergência para autorizar a contratação, por dois meses, podendo ser resolvida antes do respectivo termo, uma vez concluído o regular procedimento licitatório para tanto, dos serviços de telefonia fixa comutada, conforme discriminado no projeto básico inserido nos autos do processo em epígrafe, com as empresas Telecomunicações de Alagoas S/A - TELASA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.286.423/0001-07, para o item 02, no valor estimado de R\$6.107,22 (seis mil, cento e sete reais e vinte e dois centavos), e a Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A - EMBRATEL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.530.486/0156-65, para os itens 01,03,04 e 05, no valor total estimado de R\$3.786,10 (três mil, setecentos e oitenta e seis reais e dez centavos), perfazendo-se o valor estimado global de R\$ 9.893,32 (nove mil, oitocentos e noventa e três reais e trinta e dois centavos).

Maceió, 22 de janeiro de 2001
EDNEY DOS ANJOS
Diretor-Geral

RATIFICO, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93, o despacho exarado pelo Sr. Diretor-Geral, nos autos do processo em epígrafe.

Maceió, 22 de janeiro de 2001
Des. JAIRON MAIA FERNANDES
Presidente do Tribunal

(Of. El. nº 25/2001)